

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.801 - SP (2019/0294799-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JORGE DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADOS : MARCOS ROBERTO AZEVEDO - SP269917
JESSYKA VESCHI FRANCISCO - SP344492
JORGE DE SOUZA - SP429914
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIO CESAR LOPES PINTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. DEMORA NA REALIZAÇÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ILEGALIDADE FLAGRANTE. VIA MANDAMENTAL CABÍVEL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO, PARA DETERMINAR QUE O MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO SEJA ANALISADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JÚLIO CÉSAR LOPES PINTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não conheceu do *Habeas Corpus* n.º 2193241-41.2019.8.26.0000.

Sob a alegação de excesso de prazo na realização do exame criminológico solicitado pelo Juízo das Execuções, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que não conheceu da impetração, em acórdão assim ementado (fl. 42):

"Habeas-Corpus – Execuções Criminais – Pedido de remoção ao regime semiaberto para aguardar a realização do exame criminológico – O habeas-corpus não é meio idôneo para questionar decisão pertinente a referido pedido, tampouco para apressar sua apreciação, sendo a análise dos requisitos incabível nos estreitos limites do remédio heróico – Impossível que a questão analisada seja debatida direta e originariamente neste Tribunal – O acolhimento da pretensão representaria verdadeira supressão de instância – Ordem não conhecida."

Neste writ, argumentam os Impetrantes que, *"não obstante preencher os requisitos exigidos à progressão de regime prisional e ter direito a prestação jurisdicional, [o Paciente] encontra-se aguardando a realização de exame criminológico, solicitado desde 22/01/2019, sem que o juízo nada faça para que ao menos os prazos*

Superior Tribunal de Justiça

por ele estabelecidos sejam cumpridos" (fls. 4-5).

Alegam que "essa eventual demora se mostra indevida, desarrazoada ou violadora do princípio da proporcionalidade, mormente quando o próprio Estado não tem condições de cumprir com as exigências que ele mesmo faz" (fl. 5).

Asseveram que "é contra a excessiva demora na realização de uma perícia que nem mesmo é obrigatória, e para que o sentenciado aguarde o julgamento do pedido no regime semiaberto é que se faz a presente impetração" (fl. 5).

Requerem o deferimento do pedido liminar para que "seja determinada a imediata remoção do Paciente ao regime semiaberto até o julgamento final deste writ" (fl. 15). No mérito, pleiteiam a concessão da ordem "para o fim de cassar a decisão ilegal que determinou a realização do exame criminológico ao paciente. Subsidiariamente, caso entenda Vossa Excelência pela necessidade do exame determinado, requer seja permitido ao paciente aguardar em regime semiaberto até a realização do exame criminológico" (fl. 15).

É o relatório. Decido.

De início, verifico que a **Corte estadual não apreciou a tese de excessiva demora na realização do exame criminológico solicitado pelo Juízo das Execuções**, como se observa (fls. 45-46):

"A presente ordem não deve ser conhecida.

Esclarece-se que, conforme reiteradamente decidido, o habeas corpus não é meio idôneo para análise desta natureza, isto é, relativas à execução de pena, ou mesmo para apressá-las, uma vez que necessário exame aprofundado dos requisitos objetivos e subjetivos, incabíveis nos estreitos limites do remédio heroico.

É de ser observado, que a matéria aqui tratada é de competência originária da Vara de Execuções Criminais e a via eleita não se constitui como meio idôneo para análise do conjunto probatório, inviável nos estreitos limites do remédio constitucional.

Ademais, observa-se que, em que pese já tenha sido realizado pedido de progressão de regime perante o MM. Juízo a quo, este ainda não foi julgado, sendo impossível que questões relativas à aferição de benefícios em execução penal sejam debatidas direta e originariamente neste Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância. De rigor que as questões, a princípio, sejam pleiteadas, analisadas e julgadas pelo MM. Juízo de 1º grau.

Diante do exposto, NÃO SE CONHECE do habeas-corpus impetrado."

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, não tendo a Corte estadual se manifestado sobre a aludida tese defensiva, é **proibitivo a este Tribunal examinar essa questão, sob pena de indevida supressão de instância.**

Ilustrativamente:

"CRIMINAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. EXCESSO DE PRAZO EM JULGAMENTO DE PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENTE. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E CONCEDIDA.

I. Evidenciado que a questão aventada em favor do paciente, repisada na presente impetração, não foi objeto de debate e decisão por Órgão Colegiado do Tribunal a quo, sobressai a incompetência desta Corte para o seu exame, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

V. Ordem parcialmente conhecida e, nesta extensão, concedida, nos termos do voto do Relator." (HC 169.945/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 14/02/2012; sem grifos no original.)

Ressalte-se que, apesar de ser o agravo em execução o recurso próprio cabível, não há óbice ao manejo do *habeas corpus* quando a análise da legalidade do ato coator prescindir do exame aprofundado de provas e existir possibilidade de lesão à liberdade de locomoção do indivíduo, como na espécie (suposto excesso de prazo na realização do exame criminológico e na apreciação do pleito de progressão de regime).

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. EXCESSO DE PRAZO NA APRECIÇÃO DO PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME PELA VARA DE EXECUÇÃO. TESE NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EVIDENCIADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO.

[...]

III - In casu, a tese de excesso de prazo para apreciação do pleito de progressão de regime não foi sequer analisada pelo Tribunal a quo, o que impede esta Corte Superior apreciá-la, diretamente, sob pena de indevida supressão de instância. Contudo, noto que a não manifestação do eg. Tribunal a quo configurou indevida negativa de prestação jurisdicional. (Precedentes).

IV - O excesso de prazo na apreciação do pedido de progressão de regime pela Vara de Execuções Penais consubstancia-se em constrangimento ilegal sanável via habeas corpus.

Superior Tribunal de Justiça

V - Na espécie, o pedido de progressão de regime foi realizado em 28/10/2014, aguardando, até a presente data, julgamento. Flagrante, portanto, o constrangimento ilegal.

Habeas corpus não-conhecido. **Ordem concedida de ofício, tão somente, para determinar que a Vara de Execuções Penais aprecie o pedido de progressão de regime, como entender de direito.**" (HC 334.762/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 26/02/2016; sem grifos no original.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*, mas CONCEDO a ordem de ofício para determinar que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo aprecie o mérito do *Habeas Corpus* n.º 2193241-41.2019.8.26.0000, decidindo como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora